

Decisão recessiva tomada por unanimidade

BC impõe o maior juro em 19 anos para encolher a economia

Instagram



Após fiasco no Rio, 'Bananinha' pede o boné e se esconde nos Estados Unidos

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, anunciou que está abrindo mão de seu cargo e vai ficar nos Estados Unidos para fugir da punição aos seus crimes no Brasil. A decisão veio depois do fracassado ato puxado por Bolsonaro, no Rio de Janeiro, em que o Jair, adornado por uma bandeira estadunidense, pedia anistia para o golpismo. A ideia de associar Eduardo Bolsonaro a uma banana veio do então vice-presidente Hamilton Mourão. **Pág. 3**

"Anistia a golpista só interessa a quem tem medo de ser preso", rebate Omar Aziz

O líder do PSD no Senado, Omar Aziz (AM), afirmou que quem financiou e atacou Brasília em 8 de janeiro de 2023 "deve ser punido" e que a pauta da anistia destes criminosos "só interessa a quem tem medo de ser preso". Para o senador Otto Alencar (PSD-BA), vice-líder do governo Lula, "anistiar quem ameaçou a democracia, depredou patrimônio nacional, xingou ministros e financiou toda aquela desordem é rasgar o Código Penal". **Página 3**

Israel quebra cessar-fogo e assassina 400 com bombas

ONU, Brasil, Rússia, Egito, Suíça, Bélgica, Malta, Turquia, Irã exigiram o retorno imediato ao cessar-fogo e que o regime criminoso de Netanyahu pare com seu retorno ao genocídio escancarado e "flagrante violação do direito internacional". **Página 6**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Gasto com juro alto do Copom custou ao Brasil R\$ 1 trilhão, em 2024

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu na quarta-feira (19), por unanimidade, elevar a Selic (taxa básica de juros da economia) em mais 1 ponto percentual de 13,25% para 14,25%, aumentando o arrocho monetário sobre os investimentos e o consumo das empresas e das consumidores, com os lunáticos juros reais, entre os mais altos do mundo. Esse é o quinto aumento consecutivo da Selic desde setembro de 2024. Os juros reais, que se aproximam de 9%, não eram tão altos desde 2006. **Pág. 2**

Lula encaminha o projeto que amplia isenção do IR até 5 mil



Ao lado das centrais sindicais, estavam o Movimento Contra a Carestia, UMES e Federação das Mulheres

"Não aos juros altos! Chega de carestia!", exigem manifestantes

A palavra de ordem "eu quero agora, eu quero já, eu quero ver o juro abaixar" deu o tom no ato realizado pelas centrais sindicais e diversas entidades na manhã da terça-feira (18), em frente à sede do

Banco Central (BC), na Avenida Paulista. Além de representantes das centrais CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CSB e Nova Central, centenas de estudantes da União Municipal de Estudantes Secundaristas

(UMES-SP) e lideranças de movimentos sociais como a Federação das Mulheres Paulistas e do Movimento Contra a Carestia se somaram ao ato e se manifestaram exigindo uma queda drástica da Selic.

"Não podemos conceber que o presidente do BC, que não é mais Roberto Campos Neto, mas um indicado do presidente Lula, mantenha essa política", afirmou o presidente da CTB, Adilson Araújo. **Pág. 5**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade no Palácio do Planalto, entregou simbolicamente ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o projeto de lei que concede isenção de Imposto de Renda para os brasileiros com renda mensal de até R\$ 5 mil. A matéria começará a tramitar pela Câmara dos Deputados e, na sequência, se aprovada, será encaminhada ao Senado, cujo presidente, senador Davi Alcolumbre (União-AP), não pôde comparecer em razão dos atos de homenagem aos 40 anos da redemocratização do País. **Página 3**

Carestia e juro: 69 milhões de brasileiros estão inadimplentes

Os juros elevados e o preço dos alimentos pressionando a renda dos brasileiros elevaram a inadimplência em fevereiro. "A situação é preocupante e tende a se agravar, já que as taxas de juros, já elevadas, têm previsão de alta. Além disso, a inflação nos alimentos tem pressionado o orçamento das famílias", alerta José César da Costa, presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **Pág. 2**

BNDES destina R\$ 10,6 bilhões para tecnologia

Em 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social destinou R\$ 10,6 bilhões em crédito para a indústria de tecnologia, com 87,4% destes recursos direcionados a empresas de "alta densidade tecnológica", como a empresa brasileira Embraer, líder no setor aeroespacial. No último ano, a indústria de tecnologia avançada cresceu 6,6%, quase o dobro da média da indústria de transformação. **Página 2**

"Endividamento e crédito consignado", por Kliass

Foto: Divulgação



Cabine de pilotagem do E JET 190 Embraer BNDDES aprova R\$ 9,4 bilhões para indústria de alta tecnologia

Em 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES) destinou R\$ 10,6 bilhões em crédito para a indústria de tecnologia, com 87,4% destes recursos direcionados a empresas de "alta tecnologia".

No último ano, a indústria de tecnologia avançada cresceu 6,6%, quase o dobro da média da indústria de transformação, que registrou expansão de 3,8%.

"Estamos vivendo um novo processo no Brasil, fortalecendo o papel de uma indústria mais inovadora, que investirá mais e agregará mais valor", disse Mercadante.

Em 2024, as exportações de bens com alta tecnologia também avançaram, com aumento de 11,5%.

Lucro dos planos de saúde hospitalares cresce 429%

Os planos de saúde médico-hospitalares encerraram o ano de 2024 com um lucro líquido de R\$ 10,192 bilhões em 2024, um salto de 429% em relação ao ano anterior.

idades e da péssima qualidade na prestação de serviços, conforme denúncias em plataformas de órgãos de defesa do consumidor.

Os planos de saúde também figuram no topo do ranking de reclamações e reclamações de serviços.

As principais reclamações apontadas pelos consumidores são dívidas e reclamações sobre reajuste abusivo.

Em novembro de 2024, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) instaurou um processo administrativo contra 14 planos de saúde por violação ao Código de Defesa do Consumidor.

Escreva para o HP horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

Sucursais: Rio de Janeiro (RJ): IBICS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

www.horadopovo.com.br

BC decreta ruína da economia: taxa Selic sobe para 14,25%



Economia desacelera no quarto trimestre de 2024. Fazenda prevê PIB de 2,3% em 2025

Endividamento e crédito consignado

"Não basta que as famílias troquem uma dívida por outra, uma vez que o excessivo grau de endividamento opera como um verdadeiro obstáculo para que os recursos "novos" entrem de fato na esfera da economia produtiva real"

PAULO KLIASS*

Os indicadores relativos ao nível de endividamento das famílias brasileiras seguem bastante elevados. A pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) costuma apresentar os percentuais das unidades familiares que possuem dívidas e, também, a participação dos vencimentos em atraso.

econômicos, o governo não apresenta nenhuma solução efetiva para os setores da base de nossa pirâmide da desigualdade.

DÍVIDAS E MAIS DÍVIDAS

A proposta do governo é liberar a utilização dos recursos do FGTS para quitar dívidas financeiras.

De acordo com a pesquisa, 76,4% das famílias apresentam algum grau de endividamento, sendo que 28,6% delas estão inadimplentes.

Outra proposta encaminhada pela equipe do Ministério da Fazenda refere-se à criação de uma nova modalidade de crédito consignado, inspirado nos modelos já existentes dos servidores públicos e de aposentados e pensionistas do INSS.

A ampliação deste tipo de empréstimo para os trabalhadores formais do setor privado tornou-se possível por meio da autorização de um novo modelo de crédito consignado para assalariados da CLT e situações "assemelhadas".

Um dos argumentos utilizados pelo governo em favor da medida é que as taxas de juros na nova modalidade serão mais baixas do que aquelas cobradas anteriormente.

novo contrato com menos encargos financeiros sobre o estoque da dívida das famílias? O ponto é que não se pode reduzir as opções de política pública a uma escolha entre o pessimismo e o muito ruim.

ROMPER A LÓGICA DO FINANCIAMENTO

Assim, o caminho para superar essa verdadeira bola de neve do parasitismo passa por um programa robusto de equacionamento de tais níveis de endividamento das famílias.

O problema é que a obsessão da equipe econômica em cumprir as regras da ortodoxia e da austeridade presentes no Novo Arcabouço Fiscal impede a busca de soluções fora do cardápio oferecido pelo manual do neoliberalismo.

Já se percebeu que a solução do grave endividamento das famílias não será alcançada apenas pela livre ação das forças de mercado.

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

"O nível atual da Selic, que implica taxas de juros reais de 8,5% aa, já tem impactado fortemente a economia, que apresenta desaceleração mais aguda do que a previsão, tanto pela CNI, como por diversos analistas econômicos", alerta CNI

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) divulgou nesta quarta-feira (19) que decidiu, por unanimidade, elevar a Selic (taxa básica de juros da economia) em mais 1 ponto percentual de 13,25% para 14,25%.

1,4%, respectivamente, ajudado pela redução da Selic, que caiu de 13,75% para 10,5%, entre agosto de 2023 e maio de 2024.

Pelo lado da demanda, os juros altos ajudaram no recuo de 1% no consumo das famílias. Além disso, os investimentos (medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo) cresceram apenas 0,4% e o consumo do governo variou em alta de 0,6%.

De acordo com a pesquisa mensal do IBGE, a produção industrial em janeiro completou quatro meses consecutivos sem crescimento (out/24. -0,2%, nov/24. -0,7%, dez/2024. -0,3% e jan/25. 0,0%).

Para a CNI, "os primeiros dados de 2025 não são animadores". "Esses dados do PIB, indústria, comércio e serviços evidenciam a forte desaceleração que está em curso na economia brasileira".

GASTOS PÚBLICOS COM JUROS

A cada 1 ponto percentual acrescido no nível da Selic, gera-se um aumento de R\$ 50 bilhões na dívida bruta do governo geral ou de R\$ 55 bilhões na dívida líquida do setor público.

No acumulado nos 12 meses até janeiro, o gasto do setor público (União, Estados/município e estados) com os juros da dívida foi de R\$ 910,9 bilhões.

PIB DESACELERA

No último trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) desacelerou para 0,2% frente ao terceiro trimestre (0,7%), segundo o IBGE.

Juro e preço dos alimentos em alta elevam a inadimplência no país: 69 milhões de brasileiros

"Situação tende a se agravar", alerta José César da Costa, presidente da CNDL. "Além disso, a inflação nos alimentos tem pressionado o orçamento das famílias"

Os juros elevados e os preços dos alimentos pressionando a renda dos brasileiros elevaram a inadimplência no mês de fevereiro, atingindo 68,76 milhões de brasileiros, segundo dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em parceria com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

O percentual de inadimplentes do Brasil teve crescimento de 3,22% sobre fevereiro de 2024.

Cada consumidor devia, em média, R\$ 4.650,21, na soma de todas as dívidas, a maior parte delas com os bancos (66,50%), seguidos por 10% no Comércio, Água e luz com 9,77%, Outros com 8,07% e Comunicação com 5,65% do total das dívidas em atraso.

"A inadimplência no Brasil tem apresentado um crescimento constante, com poucas oscilações, enquanto a recuperação de crédito segue em declínio. A situação é preocupante e tende a se agravar, já que as taxas de juros, que já estão elevadas, têm previsão de alta.

Em termos regionais, o maior percentual de inadimplentes está na região Centro-Oeste, onde 45,23% da população adulta da região está com as contas em atraso.

Tarcísio quer o EJA à distância enquanto desmonta presencial

Proposta do governo do estudante ficar 80% do tempo nessa plataforma e 20% presencial representa mais um ataque aos direitos educativos de jovens e adultos

A proposta do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) de transformar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino médio na modalidade à distância representa mais um ataque ao direito à educação pública e aprofunda as desigualdades. A denúncia é da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), que está convocando uma assembleia com os servidores da educação para o próximo dia 21 (terça-feira), com indicativo de greve.

Também representa uma ameaça à educação pública no Estado, uma vez que pode ser estendida a outros níveis do ensino, alerta o sindicato. Na terça-feira (11), por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), o governo anunciou a abertura das inscrições, a partir de abril, para os estudantes do ensino médio/EJA, de forma virtual.

“O governo Tarcísio/Feder (Renato Feder, secretário de Educação) anunciou projeto-piloto em 21 Diretorias de Ensino para a oferta de Educação de Jovens e Adultos de ensino médio na modalidade à distância. Trata-se de mais um ataque aos direitos educativos de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria e que, agora, tem negado o acesso a classes presenciais de EJA, como a APEOESP vem cobrando insistentemente da SEDUC”, diz a entidade em sua página eletrônica. A medida envolve unidades da capital e do interior.

“Ao invés do governo corrigir um erro do passado e garantir uma estrutura para que esses alunos possam ter uma educação pública de qualidade [...], ele faz uma proposta de plataformas onli-

ne, que já não tá dando certo no ensino presencial, que já é uma loucura absurda, agressiva, autoritária”, critica o segundo-presidente da APEOESP, Fábio de Moraes, em entrevista ao HP.

“É esse modelo que ele (Tarcísio) vai levar para o aluno da EJA. Esse estudante do EJA vai ficar 80% do tempo nessa plataforma e 20% com oportunidade presencial. Nós já mandamos nossa posição à secretaria, vamos denunciar ao Ministério Público e estamos estudando as medidas (jurídicas) cabíveis”, continua Fábio.

A decisão também vai afetar o estudante no mercado de trabalho, restringindo, sobretudo, o acesso à escola. “Isso vai causar desemprego em massa, é fato, mas tem uma coisa aí que é fundamental, que é tirar a oportunidade de o estudante ter um EJA, de condição, perto da sua casa”, aponta o sindicalista. “Nós temos uma rede física imensa, com professor formado na sua disciplina que poderia contribuir para (o estudante) procurar recuperar aquilo que não teve na idade correta”, observa.

O sindicato seguirá mobilizado para barrar a proposta. “As subdeses da APEOESP estarão junto com as comunidades, com os jovens e adultos que necessitam estudar em EJA, para que o governo reabra as classes de EJA noturno que foram fechadas e para que sejam abertas novas classes presenciais”, assegura a APEOESP. “Não vamos aceitar mais esse ataque à Educação pública no estado de São Paulo! A APEOESP ingressará com denúncia no Ministério Público Estadual”, reforça a entidade.

JOSI SOUSA

Gusttavo Lima desiste de se candidatar à presidência após ser citado em investigação da Polícia Federal sobre o PCC

Gusttavo Lima desistiu da candidatura à presidência de 2026 em meio a uma investigação da Polícia Federal que cita seu nome em um esquema de lavagem de dinheiro ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC). A decisão ocorre dois meses após ele anunciar sua intenção de ingressar na política, levantando questionamentos sobre os motivos reais de sua saída da disputa eleitoral.

O cantor justificou sua desistência alegando que deseja focar na carreira internacional e na criação do Instituto Gustavo Lima para ações sociais. “Tenho 35 anos. Nada impede que na outra eleição eu seja candidato”, afirmou. “Estou desistindo da candidatura a presidente do Brasil em 2026. Nada impede que, na próxima eleição ou daqui a duas ou três, eu seja candidato”, completou.

O cantor destacou que ficou impressionado com a receptividade de sua possível candidatura, mas ressaltou que o cenário político do país o fez repensar sua decisão. “Muitas pessoas próximas se posicionaram contra, inclusive minha família, o que pesou muito. As eleições de 2026 ainda serão muito polarizadas. Você tem que sentar para negociar coisas que, às vezes, não são de interesse do Brasil, mas de partidos e de pessoas. Não tenho estômago. Meu negócio é trabalhar e ajudar as pessoas”.

O anúncio de sua desistência ocorre no momento em que seu nome e o de seu empresário foram citados em uma investigação da Polícia Federal. A Operação Mafiusi busca desmantelar um esquema de lavagem de dinheiro ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC), conhecido como “Lava Jato do PCC”. O cantor foi mencionado devido a transações financeiras atípicas envolvendo sua empresa, a Balada Eventos

e Produções Ltda., e a compra de uma aeronave. Segundo os relatórios da PF, a investigação apura se a aquisição tem relação com recursos de empresas investigadas na operação. A empresa do cantor nega qualquer irregularidade.

Além de Gustavo Lima, a investigação também cita o pastor Valdemiro Santiago e Adilson Oliveira Coutinho Filho, patrono da escola de samba Salgueiro. Segundo a PF, a rede de lavagem de dinheiro utilizava um sistema financeiro paralelo com movimentações em setores como turismo, venda de combustíveis, agronegócio, venda de carros e eventos musicais. O objetivo era misturar dinheiro lícito e ilícito para dificultar o rastreamento dos valores. Até o momento, nenhum dos citados foi formalmente indiciado.

Em nota, Gustavo Lima negou qualquer envolvimento irregular e esclareceu que a compra da aeronave foi feita de maneira legal e registrada junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). “A Balada Eventos, empresa que administra a carreira artística do cantor Gustavo Lima, esclarece que adquiriu uma aeronave da empresa JBT Empreendimentos e Participações Eireli, através de seus representantes legais (família Golin), em junho de 2022. Essa foi a única negociação realizada entre a Balada Eventos e a empresa JBT. A operação ocorreu de forma legal, com contrato de compra e venda formal, devidamente registrado na Anac”.

A JBT Empreendimentos é citada na investigação por suposto envolvimento na movimentação de recursos suspeitos, tendo recebido repasses no valor de R\$ 57,5 milhões da Balada Eventos e Produções Ltda. A defesa da empresa nega qualquer relação com pessoas ligadas ao PCC e afirma que todas as movimentações financeiras foram lícitas.



Governo anunciou “projeto piloto”, enquanto fecha turmas presenciais



Água fornecida pela empresa privatiza na cidade de Taboão da Serra

Moradores de Taboão recebem água suja da Sabesp após a privatização

A piora no serviço prestado pela Sabesp para a população foi alvo de uma ampla crítica da Câmara de Vereadores de Taboão da Serra, na região metropolitana de São Paulo. Segundo os parlamentares, depois que o governo Tarcísio de Freitas concluiu a privatização da empresa de saneamento, os moradores da cidade passaram a receber uma água de péssima qualidade: barrenta, com aspecto sujo e gosto estranho.

O vereador Dr. Ronaldo Onishi fez duras críticas à qualidade da água fornecida pela Sabesp, comparando-a a água de açudes. “Parece que a Sabesp está fornecendo à população de Taboão da Serra água de açude, barrenta, parecendo água suja”, disparou Onishi.

A vereadora Najara Costa também se manifestou, ressaltando que a falta d’água e o fornecimento de água suja atingem principalmente as periferias.

“Esses problemas raramente acontecem nos

bairros nobres, mas podem ocorrer. No entanto, é nas regiões mais carentes que eles se tornam constantes.”

O vereador Anderson Nóbrega destacou a gravidade da situação e afirmou que muitos moradores recebem “água suja e fedorenta todos os dias”, enquanto outros bairros sofrem com a falta de abastecimento.

Anderson afirmou que o Deputado Estadual, Eduardo Nóbrega marcou uma reunião para o próximo dia 24 de março, às 16h, na sede da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), com prefeitos da região e Samantha Sousa, responsável pelo órgão que fiscaliza a Sabesp. O objetivo é cobrar soluções para os problemas enfrentados pela população.

Já o presidente da Câmara, Carlinhos do Leme, criticou o serviço prestado pela Sabesp:

“A Sabesp está prestando um péssimo serviço e isso não é de hoje. Desde que a concessão foi municipalizada, eu não vou deixar de falar sobre

esse problema.”

Questionada sobre o problema, a Sabesp afirmou que a água distribuída no município está dentro dos parâmetros de qualidade exigidos. No entanto, os relatos de moradores de diversas regiões do Estado apontam o contrário, com denúncias frequentes sobre a coloração escura da água, o cheiro desagradável e, em algumas regiões, até a interrupção do abastecimento.

Em julho de 2024, o governo Tarcísio entregou o controle da maior empresa de saneamento da América Latina para a iniciativa privada. Sob a falsa alegação de que a privatização da Sabesp seria a única medida para universalizar o saneamento no Estado, Tarcísio vendeu 32% das ações da empresa a um valor 44% menor que o de mercado.

Com a entrega do controle da estatal, o governo abriu mão também da gestão do abastecimento de água para mais de 32 milhões de pessoas, o total de clientes da Sabesp.



Reprodução

Congolês Moïse Kabagambe, morto a pauladas em 2022

Justiça condena dois réus pela morte de Moïse Kabagambe

Na última sexta-feira (14) o Tribunal do Júri da Capital do Rio de Janeiro condenou, os dois réus pela morte do congolês Moïse Kabagambe, em 24 de janeiro de 2022. Fábio Pirineus da Silva foi condenado a 19 anos, 6 meses e 20 dias de prisão, e Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca, a 23 anos, 7 meses e 10 dias de prisão, ambos em regime fechado.

O crime ocorreu em um quiosque na praia da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O jovem congolês, de 24 anos, foi brutalmente espancado após uma discussão, com socos, chutes e pauladas.

Fábio e Aleson foram condenados por homicídio triplamente qualificado motivo fútil, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima. Além dos dois, Brendon Alexander Luz da Silva também responde pelo crime, mas seu julgamento ainda não foi agendado. O Ministério Público do Rio recorreu em plenária para aumentar a pena dos dois. A defesa dos condenados anunciou que vai recorrer da sentença. Como a decisão foi em regime fechado e já estavam presos, continuarão na cadeia.

Ao ler a sentença, após dois dias de julgamento, o juiz Thiago Portes, que presidiu o júri, destacou o fato de Moïse ter sido morto no país onde ele e sua família buscaram apoio e abrigo após fugir da guerra em seu país, a República Democrática do Congo: “A morte da vítima gerou comprovados abalos de ordem psicológica e psíquica nos familiares da vítima, notadamente a genitora e o irmão, oriundos da República Democrática do Congo, que se evadiram da guerra, dos conflitos armados existentes em seu país, com a legítima expectativa de encontrar uma vida minimamente digna no Brasil. Fugiram da guerra, mas encontraram em um país que se diz acolhedor a crueldade humana e mundana, que ceifou a vida de seu filho e irmão”.

A família do congolês acompanhou julgamento e se disse satisfeita com o desfecho do caso:

“Meu coração está tremendo, mas tremendo de feliz. Estou muito feliz com o dia de hoje, a justiça de hoje”, afirmou Yvone, a mãe de Moïse”, em entrevista à TV Globo.

Maurice, irmão da vítima, acrescentou, também em entrevista para a TV Globo, que a condenação repara a imagem de Moïse.

“Tivemos uma resposta que esperamos há dois anos, que Moïse não era uma bêbado, não era um drogado. O que fizeram com um trabalhador da África, do Congo, para buscar uma vida melhor para o Brasil e foi morto como uma cobra. Um ser humano. Isso não pode acontecer, esse tipo de pessoa não pode viver em sociedade. Pessoas assim têm que ficar na cadeia, não entre sociedade”, disse Maurice.

O promotor do caso, Bruno Bezerra, se disse satisfeito com o desfecho do julgamento.

“Os réus receberam a condenação máxima. Moïse foi espancado por 13 minutos. É isso que a gente quer construir? Hoje, a sociedade, por meio dos jurados, disse que não”, disse.

A defensora pública Luciana Mota, disse que o próximo passo será a família entrar com uma ação por danos morais contra os acusados.

“A gente vai em busca de uma indenização justa para compensar a dor dessa família”, disse.

MPF cobra R\$ 92 milhões da General Motors por falhas de segurança no Onix em ação civil pública

A General Motors do Brasil (GMB), empresa responsável pela Chevrolet, pode ter que pagar mais de R\$ 92 milhões em indenização, devido a uma ação civil pública. O processo, movido pelo Ministério Público Federal (MPF), tramita na Justiça Federal. A ação questiona a segurança do Chevrolet Onix em casos de impacto lateral.

O MPF pede que a GMB pague por danos morais coletivos. A alegação é que a fabricação e comercialização do veículo colocaram em risco a segurança dos consumidores. A ação se refere aos carros produzidos entre 2012 e 14 de janeiro de 2018.

Segundo a denúncia, os veículos fabricados nesse período não contavam com a devida segurança contra impactos laterais. Essa falha, segundo o MPF, teria contribuído para a ocorrência de diversos acidentes, causando danos aos consumidores.

O MPF anexou ao processo dados fornecidos pela União revelando que, entre 2018 e 2024, foram registrados 4.189 acidentes envolvendo o Chevrolet Onix. Os acidentes tiveram diferentes graus de gravidade, com consequências para os envolvidos.

Do total de acidentes, 1.546 resultaram em feridos leves, gerando lesões e sequelas nos ocupantes dos veículos. Outros 290 acidentes provocaram feridos graves, com quadros clí-



cos mais complexos. 48 acidentes resultaram em mortes.

Diante desse cenário, o MPF propõe uma forma de distribuição da indenização. A proposta é que R\$ 100 mil sejam destinados aos familiares de cada pessoa que faleceu em acidentes decorrentes de impacto lateral com o Onix.

Além disso, o MPF pede que R\$ 50 mil sejam pagos a cada consumidor que comprovadamente sofreu danos físicos em acidentes de impacto lateral. O restante do valor seria destinado ao dano moral coletivo indivisível.

O cálculo do valor destinado ao dano moral coletivo seria feito com base no faturamento da GMB com as vendas do Onix. Caso não haja comprovação dos danos individuais, os valores seriam destinados ao Fundo de Direitos Difusos.

Segundo o MPF, desde 2012, a GM do Brasil colocou no mercado um veículo impróprio e inadequado para uso, que contribuiu para a ocorrência de inúmeros acidentes com consequências irreversíveis. A Chevrolet vendeu mais de um milhão de unidades do Onix até outubro de 2018.

Movimentos sociais exigem controle do preço dos alimentos em manifesto contra a carestia

Entidades sindicais e de movimentos sociais que compõem a "Campanha contra a carestia" lançaram um manifesto nesta quarta-feira (12) exigindo medidas para garantir comida mais barata e de qualidade na mesa da população.

As organizações denunciam a especulação financeira no setor agrícola e o desmonte dos estoques reguladores como principais causas do encarecimento dos produtos essenciais. "O desmonte da CONAB, o fim do tabelamento de preços e a isenção de impostos aos exportadores entregaram a soberania alimentar do Brasil ao mercado especulativo", denunciam as entidades. Confira, a seguir, a íntegra do manifesto:

Chega de carestia! Estoques de alimentos e controle de preços já!

De 2018 à 2022 a vida do povo piorou drasticamente. A pandemia nos levou centenas de milhares de vidas e o desemprego atingiu milhões de brasileiros. Os preços dos alimentos básicos, da energia elétrica e da gasolina foram às alturas, trazendo muitos sacrifícios para o povo, ao ponto de levar as pessoas para a "fila do osso", nas portas dos açougues.

O Brasil começou a ser reconstruído em 2023, mas a carestia permanece sendo um pesadelo. A alta dos preços tem ligação direta com o agronegócio, que privilegia muito mais a exportação à custa de um encarecimento absurdo dos alimentos, combinado com o aumento exponencial da fome da população brasileira.

A justificativa para esse aumento de preços vai desde "a subida do dólar", "a sazonalidade da produção", ou "fatores climáticos", mas, na verdade, acontece pelo total descontrole sobre a especulação financeira que tomou conta do setor agrícola no Brasil, associado às mais altas taxas de juros do mundo, mortais para os produtores. Em todo o mundo a soberania alimentar é tratada como assunto estratégico de Estado, assim como a defesa militar, segurança pública e proteção à infância.

Mas, no Brasil, apesar de produzirmos uma quantidade suficiente para alimentar até 800 milhões de pessoas, segundo estudo da Embrapa, os preços estão nas alturas. Como explicar que, apesar de sermos o maior produtor de laranjas e café do mundo, e o segundo de carne bovina, os preços estejam nas alturas? Como é possível alimentar povos em dezenas de países no mundo e ter dificuldade para alimentar o seu próprio povo?

Essa lógica perversa foi construída nos últimos 30 anos, com o desmonte de todos os instrumentos de proteção à alimentação no Brasil, como a CONAB, o tabelamento de preços, o imposto sobre as exportações, que deram lugar a um estúpido jogo neoliberal de suposta "livre regulação" do mercado, o que significa deixar à solta os monopólios que controlam os preços.

As consequências dessa política irresponsável e criminosas chegaram ao seu limite. A carestia toma a renda dos trabalhadores, prejudica o desenvolvimento dos nossos filhos e a saúde de todos os brasileiros. Por isso são necessárias ações emergenciais e estruturais para garantir comida barata e de qualidade na mesa do nosso povo.

- 1- Investimento imediato de R\$ 2 bilhões de reais para a reconstrução dos estoques reguladores de alimentos que compõem a cesta básica ampliada;
- 2- Garantia de que parte da produção de alimentos no Brasil seja reservada ao mercado interno;
- 3- Reduzir imposto de importação para alimentos com preço externo menor que o interno;
- 4- Fim da isenção de impostos aos exportadores de alimentos;
- 5- Abertura, em caráter emergencial, de cerca de 2 mil armazéns de alimentos em todo o Brasil, com preços subsidiados, numa parceria do governo federal com prefeituras e governos estaduais.

“Não aos juros altos! Chega de carestia!”, exige ato na Paulista



Centrais sindicais exigiram redução imediata dos juros durante o protesto



Estudantes com faixas e cartazes exigiram: “Menos juros e mais educação”



Federação das Mulheres Paulistas (FMP) denunciou a carestia dos alimentos



Estudantes também tomaram as ruas de Porto Alegre contra os juros do BC



Ato reuniu centrais, estudantes e entidades sociais na véspera da reunião do Copom

A palavra de ordem “eu quero agora, eu quero já, eu quero ver o juro abaixar” deu o tom no ato realizado pelas centrais sindicais e diversas entidades na manhã desta terça-feira (18), em frente à sede do Banco Central (BC), na Avenida Paulista.

Além de representantes das centrais CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CSB e Nova Central, centenas de estudantes da União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES-SP) e lideranças de movimentos sociais como a Federação das Mulheres Paulistas e do Movimento Contra a Carestia se somaram ao ato e se manifestaram exigindo uma queda drástica da taxa básica de juros (Selic).

A nova taxa, que atualmente está em 13,25% ao ano, um dos maiores juros do mundo, vai ser anunciada amanhã pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC.

“Não podemos conceber que o presidente do Banco Central, que não é mais Roberto Campos Neto, mas um indicado do presidente Lula, mantenha essa política”, afirmou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

De acordo com Adilson Araújo, além dos indicados na tentativa de golpe do 8 de janeiro, que estão prestes a serem julgados, também é preciso “varrer” do BC, “essa turma” que só pratica “medidas que prejudicam o nosso povo”.

“O sentido dos juros altos muitas vezes é difícil para o povo entender, porque a imprensa está pouco ou quase nada preocupada em esclarecer a relação dos juros altos com a indústria”, diz Araújo, para quem “toda e qualquer economia no mundo está indicando que para enfrentar o problema da grave recessão é necessário reduzir juros, melhorar o consumo das famílias e indicar um processo de industrialização”.

Segundo ele, “o que nós precisamos”, independente da autonomia do Banco Central, “é colocar o pé na porta e exigir a alteração da política econômica, para resolvermos o problema da carestia dos alimentos, para rompermos com essa lógica capitalista, que ao invés de investir na produção fica especulando no mercado financeiro, porque é mais rentável comprar título dos juros da dívida do que investir em máquinas e equipamentos”.

“O Brasil não pode se dar ao luxo de, só em 2024, ter destinado mais de um trilhão de reais para pagar juros da dívida”, finalizou.

A presidente da UMES, Valentina Macedo, destacou que a massiva adesão dos estudantes secundaristas ao ato contra o aumento da taxa de juros se dá pelo impacto da falta de investimento na Educação.

“Se os estudantes hoje se somam neste ato, é porque, assim como os trabalhadores, também estão sofrendo com a

alta taxa de juros. Muito foi falado nas últimas semanas sobre climatizar a sala de aula, sobre melhorar a estrutura da educação, só que não tem como estruturar a educação sem investimento”, disse a líder estudantil.

“Não tem como estruturar a educação. Enquanto no ano passado, os banqueiros ganharam sete vezes mais do que foi passado na educação. Os estudantes estão aqui presentes e vão se manter mobilizados, porque é o seguinte, meu povo, o Banco Central serve ao povo brasileiro e não aos bancos”, ressaltou Valentina.

“Enquanto o Banco Central não estiver afim a serviço do povo brasileiro, a gente vai continuar nas ruas, a gente vai continuar mobilizado contra o assalto que a gente passa aqui no Brasil e na educação”, pontuou.

Para o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, “a atual taxa de juros é extorsiva”.

Miguel Torres alertou que, caso a expectativa do mercado financeiro se confirme, e os membros do Copom decidam aumentar a Taxa Selic, “o BC, mais uma vez, se curvará aos interesses dos especuladores”.

Também presente no ato, o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, e Juruna, disse que “precisamos de menos juros e mais empregos e renda”. Segundo Juruna, “se a taxa da Selic não fosse tão alta e não estivesse emperrando a roda da economia, travando a distribuição de renda, o Brasil poderia estar em outro patamar econômico”.

“O Brasil precisa de investimentos, e distribuição de renda e juros mais baixos contribuem para que isso aconteça”, disse o vice-presidente da Força, Sérgio Luiz Leite (Serginho).

De acordo com a presidente da Federação das Mulheres Paulistas (FMP), Keila Pereira, uma das 50 entidades que compõem o Movimento Contra a Carestia, a atual taxa de juros praticada pelo BC é “um escárnio” e um verdadeiro “absurdo contra o povo brasileiro”.

Conforme Keila, não adianta querer se falar em emancipação das mulheres sem que haja desenvolvimento do país. E, segundo ela, “essa taxa de juros praticada hoje é o atraso para esse desenvolvimento”.

“Essa taxa de juros é o desemprego, é a fome, é a garantia de um país que vai continuar a ser submisso. E não é isso que a gente precisa, não é isso que o povo quer”, afirmou.

A líder feminina ressaltou ainda que, apesar dos avanços e conquistas para a população no atual governo, “não vai existir programa social que resista a essa taxa de juros, porque o poder de compra continua prejudicado”. “Abaixo a carestia que a panela está vazial”, disse, ressaltando que “essa também é a luta de todo o povo nesse momento”.

“Juro alto está levando povo à miséria”, denunciam protestos no RS, PE e RJ

Em Porto Alegre (RS), os manifestantes saíram do Colégio Estadual Júlio de Castilhos (o Julinho), seguiram pela Avenida João Pessoa em direção às principais ruas do Centro Histórico até chegar ao escritório do Banco Central (BC), na Rua 7 de setembro, onde foi realizado um ato público.

A coordenadora da Juventude Pátria Livre no Rio Grande do Sul, Vitória Cabreira, afirmou que os estudantes saíram às ruas “para dizer que nós não vamos aceitar nem mais um real indo para o bolso dos banqueiros. Que no nosso país, não vamos aceitar que o povo continue passando fome, enquanto eles ganham mais de R\$ 900 bilhões por ano! Estamos na rua para dizer que o Tri Escolar (passe estudantil) é direito dos estudantes e nem o Melo (prefeito Sebastião Melo) e nem ninguém vai tirar isso da gente. O nosso país não vai se curvar para banqueiro, para meia dúzia de ricações que querem o povo passando fome, que quer ver as escolas sucateadas, o transporte sucateado!”.

PERNAMBUCO

No Recife, a atividade aconteceu na Rua do Sol, com a Avenida Guararapes, no centro da capital. O presidente estadual da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

(CTB), Hamilton Bezerra, afirmou que “a sangria dos juros altos não só leva ao desemprego e à miséria do nosso povo, como também trava o desenvolvimento do nosso país”.

Edna Costa, presidente da Federação das Mulheres Pernambucanas (FMPE), afirmou que os juros altos vão afetar de maneira desigual as mulheres ao agravar a carestia. “Vamos ter que barrar esta taxa de juros que prejudica principalmente as mulheres. Só o ano passado foram cerca de R\$1 trilhão retirados do orçamento em 2024 para pagar juros. Vamos juntos barrar essa pouca-vergonha que o Banco Central está fazendo com o Brasil”, disse Edna.

RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro, o ato foi na Avenida Presidente Vargas, 730, no Centro, em frente à sede do BC. O vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Vinícius de Assumpção, disse que a “taxa da Selic impede o trabalhador de fazer um financiamento para reformar sua casa, de comprar um carro. O Brasil é conhecido lá fora como o paraíso dos banqueiros. É uma transferência de renda ao contrário, para os ricos. Só os bancos ganham”.

Servidores da educação municipal de São Paulo aprovam paralisação

Os profissionais da educação municipal de São Paulo realizaram, nesta terça-feira (18), uma manifestação/assembleia em frente à sede da Prefeitura da capital paulista, no Viaduto do Chá para definir a jornada de lutas da campanha salarial de 2025.

A categoria aprovou a proposta da Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal (Coeduc) de paralisações a partir do próximo dia 24 de março. A mobilização seguirá até o dia 30 em todas as unidades da rede municipal de ensino, encerrando com nova manifestação às 14 horas, também em frente à Prefeitura.

“Todos os anos temos de voltar às ruas para defender os nossos direitos e a escola pública, laica, estatal e democrática, da creche ao ensino superior, para todos(as). O Sinpeem, o Sedin e o Sinesp, que compõem a Coeduc, estão unidos nesta jornada de lutas que vamos realizar. Fazer diferente para a fazer a diferença”, ressaltou o presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), Cláudio Fonseca.

Os servidores afir-

mam que haviam apresentado sua pauta à gestão municipal, com data limite até 17 de março. Sem resposta da Prefeitura de Ricardo Nunes (PSDB), a categoria foi às ruas e aprovou a greve.

“A decisão de aprovar a proposta apresentada pela Coeduc de realização de paralisação de um dia por DRE [Diretoria Regional de Educação] foi tomada após reunião do presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca, da presidente em exercício do Sedin [Sindicato dos Educadores da Infância], Claudete Alves, e da presidenta do Sinesp [Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo], Norma Lúcia, com a secretária-adjunta da Secretaria Municipal de Gestão (Seges), Regina Silvério, com o chefe de Relações de Trabalho da Seges, Lucas Araújo, e assessores, que não compõem a Coeduc, estão unidos nesta jornada de lutas que vamos realizar. Fazer diferente para a fazer a diferença”, ressaltou o presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), Cláudio Fonseca.

UMES-SP

FMP

Força Sindical

Já passa da hora do mundo enterrar o neoliberalismo (1)

“Como disseram Xi Jinping e Vladimir Putin, vive-se um tempo de grandes transformações, onde semanas parecem décadas. O declínio do império e a ascensão do campo anti-imperialista indicam que a Humanidade progressista pode estar saindo de um longo período de defensiva estratégica”

SÉRGIO CRUZ (*)

Vivemos a época histórica do imperialismo, sistema que Lenin caracterizou como a fase final do capitalismo e a antessala do socialismo. Segundo o revolucionário russo, este é o estágio onde o capital financeiro, resultado da fusão dos monopólios industriais e bancários, passou a controlar o conjunto da economia, impondo a ela um alto grau de parasitismo e estagnação. Até hoje esse sistema se desenvolve, no essencial, no sentido apontado originalmente por Lenin.

Esse estágio do desenvolvimento do capitalismo começou a se conformar após a primeira grande crise econômica mundial, conhecida como “Longa Depressão”, que durou desde a falência do banco Jay Cooke & Company em 1873, causando grande pânico nas bolsas de valores, até o final da década, mais precisamente até o ano de 1879.

MONOPOLIZAÇÃO E GUERRAS

A saída da “grande depressão” se deu, entre outras medidas, através de um aumento violento da concentração e centralização do capital, ou seja, pelo aprofundamento da monopolização da economia, e pela intensificação das guerras de rapina. Foram formados nesta época os grandes monopólios e trustes internacionais que, controlados pelo capital financeiro, disputavam a partilha do mundo.

O acirramento das contradições entre as potências imperialistas marcou o período. Nesta quadra histórica, a Inglaterra ainda mantinha a hegemonia na economia mundial e ainda era considerada a fábrica do mundo. Os imperialistas ingleses eram possuidores do maior número de colônias em diversos continentes, mas, a essa altura, já havia se iniciado o processo de perda de sua hegemonia mundial.

A Alemanha, que havia completado sua unificação após a vitória na guerra Franco-Prussiana, e se industrializara tardiamente, buscava nesta época um lugar ao sol entre as potências hegemônicas. Estava em plena ação a lei do desenvolvimento desigual entre as economias capitalistas, elaborada também por Lenin.

PARTILHA DO MUNDO

A Conferência de Berlim, realizada em 1884, centrada na divisão e na exploração do continente africano, concluiu a partilha, deixando de fora as aspirações dos monopólios alemães e reforçando a supremacia da Inglaterra e seus aliados. Esta situação agravou intensamente os conflitos imperialistas pela repartição do mundo.

A Alemanha iniciou a formação de um bloco militar composto pela própria Alemanha, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano e a Itália (que, em 1915, mudou de lado), para se confrontar militarmente com a Triplíce Entente, bloco formado pela Inglaterra, França e o Império Russo. Era iniciado o período dos grandes

conflitos militares entre as potências imperialistas.

Nesta altura os Estados Unidos, que participou como observador da Conferência de Berlim, corria por fora na disputa pela hegemonia mundial após experimentar um vigoroso crescimento econômico ocorrido logo após o término de sua guerra civil, em 1865.

O início da I Guerra Mundial, em 1914, agudizou ao extremo a crise imperialista e, com isso, criou as condições para o surgimento, no “elo mais débil” da contradição daquele momento –, conforme apontara Lenin – da primeira revolução socialista vitoriosa no mundo, ocorrida em 1917, na Rússia.

Os bolcheviques (maioria no então denominado Partido Operário Social-Democrata Russo, ou POSDR) derrotaram o grupo dos mencheviques (minoritário), que representavam, na Rússia, as correntes europeias que haviam traído a classe operária em 1914 e apoiado suas burguesias nas guerras de rapina. Defendendo a saída da Rússia da guerra imperialista e o controle da economia pelos trabalhadores em aliança com os camponeses, os liderados de Lenin fizeram a primeira revolução socialista vitoriosa, em outubro de 1917.

VITÓRIA BOLCHEVIQUE

A vitória da revolução bolchevique abriu pela primeira vez no mundo a oportunidade para a classe operária construir o seu Estado e lançar as bases de uma sociedade coletivista, planejada, consciente e sem classes exploradoras.

Com o Estado operário, a motivação da produção já não seria mais a extração da mais valia do trabalhador e a obtenção – na fase imperialista – do lucro máximo, mas o atendimento das necessidades materiais e espirituais crescentes da coletividade através da técnica cada vez mais desenvolvida e avançada.

O fracasso das primeiras tentativas de esmagar a revolução socialista de outubro de 17 levou a oligarquia financeira inglesa e americana, principalmente, mas também a alemã, a instigar e financiar o fascismo nascente, tanto na Itália quanto na própria Alemanha, para cumprirmos o papel de “carrascos” da revolução socialista.

Era necessário, na visão do capital monopolista, esmagar a ameaça que representava o primeiro Estado operário do mundo. Antes de cumprir esta missão, no entanto, Hitler achou por bem dominar quase toda a Europa, o que abriu espaço para a sua derrota para a frente ampla antifascista, construída por iniciativa da URSS e que atraiu os EUA e a Inglaterra.

DERROTA DO NAZIFASCISMO

Com a derrota do nazifascismo, em 1945, cresceu de forma incontrolável o prestígio da revolução soviética e do Exército Vermelho em todo o mundo e, particularmente, entre os trabalhadores. Para se contrapor a esse fenômeno, os EUA, que haviam assumido a



Conferência de Berlim, de 1884, dividiu a África entre as potências

hegemonia entre os países capitalistas após a guerra, iniciou uma feroz cruzada de difamação contra a URSS, contra o socialismo e seus líderes. Esta “cruzada” ficou conhecida como “Guerra Fria”.

O objetivo desta nova “guerra” era conter a simpatia mundial pelo socialismo e evitar a derrota do capital. O socialismo havia se mostrado um regime que, nesta sua primeira vaga revolucionária, por muito pouco, não conseguiu uma viragem geral na correlação de forças mundial a favor do novo modo de produção.

Após a morte do presidente Franklin Delano Roosevelt nos EUA, em 1945, e a chantagem atômica que se iniciou em seguida – nesta época só os EUA detinham a bomba atômica – além da intervenção econômica americana (Plano Marshal) e militar (OTAN) na Europa, o avanço do socialismo no velho continente acabou sendo contido. O marxismo – anticomunismo feroz, liderado pelo senador de extrema direita, Joseph McCarthy – tratou de barrá-lo também dentro dos EUA.

No campo econômico, prevaleceram, no pós-guerra, as teses do economista liberal inglês, John Maynard Keynes, que, diante do prestígio do socialismo e da força do movimento operário, convenceu os próceres do capitalismo a cederem em alguns aspectos de sua dominação econômica, sob pena de haver um avanço avassalador das ideias do socialismo.

ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL

Isto permitiu que a ganância mais desenfreada dos monopólios fosse contida, pelo menos em parte. Esta circunstância fez surgir em várias partes do mundo os “Estados de Bem-Estar Social”, com muitas conquistas importantes para a

classe trabalhadora.

Fruto ainda da vitória e do exemplo da classe operária russa, o mundo vivia nesta época um vigoroso processo de descolonização e de revoluções de libertação nacional. Diversos países do mundo deixaram de ser colônias e/ou romperam com a dominação imperialista. China e Coreia eram os maiores exemplos. Foi o período do Movimento dos Não Alinhados, cuja direção era claramente anti-imperialista.

O Brasil, em 1930, deixou de ser um país dominado pelo imperialismo inglês e iniciou o seu processo de libertação, de industrialização e de modernização de sua economia, com grandes ganhos para a classe operária.

Mas foi a libertação da China em 1949, sob a direção de Mao Tsé-Tung e do Partido Comunista da China, assim como a criação da bomba atômica pelos cientistas soviéticos no mesmo ano – quebrando o monopólio americano – e a derrota dos EUA na guerra da Coreia, que abriram o lento processo de crise da dominação americana.

O período de crescimento econômico dos EUA no pós-guerra, que ficou conhecido como “Era Dourada”, durou até a década de 1970, quando teve início uma crise estrutural do capitalismo. A economia americana apresentou uma severa perda de competitividade e se viu ameaçada por potências como Alemanha e Japão. Mais uma vez a tese de Lenin, sobre o parasitismo dos países centrais e do desenvolvimento desigual das economias capitalistas, estava em ação.

QUEBRA DE BRETON WOODS

A partir deste quadro, e dos crescentes déficits no balanço de pagamento dos EUA, houve a decisão pela quebra unilateral do acordo de Bretton Woods (paridade e livre conversibilidade do dólar), contratado no final da II Guerra Mundial. Com ela

veio a desvalorização do dólar – moeda de reserva mundial –, bem como a sua desvinculação da paridade com o ouro. Teve início, alguns anos depois, o período das primeiras experiências neoliberais.

O Brasil se destacava nesta época, fruto das grandes conquistas da Revolução de 1930, como um país próspero e com grandes perspectivas de desenvolvimento ao ponto de, nos anos 1970, Henry Kissinger, então secretário de Estado americano, alertar o governo dos EUA sobre os “perigos” do crescimento brasileiro: “Não podemos permitir um novo Japão ao sul do equador”, disse ele.

O período da contraofensiva do capital, conhecido como período neoliberal, teve início com a política intencionalmente anti-trabalho, anti-Estado e anti-democrática de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA, e se aprofundou na década de 1990, com a irrupção da crise na URSS e no campo socialista. A crise na URSS havia sido provocada pela decadência do regime de traição ao socialismo, iniciada com o golpe de Kruschov em meados da década de 1950, e evoluiu para a posterior rendição total de Gorbachov e Yeltsin ao imperialismo americano.

O primeiro pacote neoliberal, inspirado em Friedrich von Hayek e Milton Friedman, de arrocho sobre os trabalhadores, de escancaramento do mercado e das contas de capital, além do desmonte do Estado, havia sido aplicado inicialmente no “experimento” da ditadura sanguinária de Pinochet, no Chile e, depois, na Prefeitura de Nova Iorque. Era o início da revanche do capital financeiro que havia sido contido pelas políticas keynesianas e de Roosevelt, e pela luta dos trabalhadores.

Agora ele iniciava a ruptura com as amarras que impediram sua disseminação desregulada e descontrolada e



Sérgio Cruz é redator especial do HP e membro do Comitê Central do PCdoB (Foto: Arquivo HP)

a intensificação da exploração de trabalhadores e dos povos.

OFENSIVA NEOLIBERAL

A ofensiva do capital financeiro, facilitada pelas decisões do então presidente dos EUA, o democrata Bill Clinton, no início da década de 1990, acabou com as últimas leis criadas no período do “New Deal”. Essas leis, entre elas e Lei Glass-Steagall, haviam limitado a ação dos monopólios bancários e barrado a sua atividade extremamente especulativa, fenômeno que havia levado o mundo à bancarrota e à crise financeira de 1929.

A imposição do neoliberalismo ao mundo, em 1989, através do Consenso de Washington, permitiu que o imperialismo quebrasse a soberania e a resistência dos países através da derrubada das fronteiras para o comércio e a especulação, com a mal chamada “globalização”, que não passava do aprofundamento da velha e conhecida internacionalização do capital, ainda que com novas tintas.

A crise criada a partir da derrota da URSS pôs fim ao contrapeso à hegemonia dos EUA e permitiu a ofensiva neoliberal. A partir deste momento, a Humanidade progressista entrou num longo período de defensiva estratégica. Durante este período, os povos lutaram e resistiram centralmente para reduzir os danos provocados pela ganância sem peias do capital.

Na realidade o neoliberalismo proporcionou um enriquecimento acelerado de uma ínfima minoria da sociedade enquanto a ampla maioria da população dos países que o adotaram caiu em desgraça. Milhares de empresas reais deixaram de existir e milhões de trabalhadores perderam seus empregos ou tiveram suas relações de trabalho degradadas. Os sindicatos de trabalhadores foram atacados e estrangulados, enquanto crescia o emprego precário.

O NOVO LAISSEZ-FAIRE

A especulação financeira descontrolada (o novo “laissez-faire”, ou “deixar fazer”) que tomou conta dos países centrais do capitalismo com o avanço neoliberal levou – como era de se esperar – a uma nova crise financeira mundial de grandes proporções, assim como havia ocorrido como resultado da jogatina frenética que antecedeu a crise de 1929.

As políticas neoliberais propiciaram a inundação nos países da periferia – e até mesmo em alguns países do centro – com o capital puramente especulativo, o capital fictício de que falava Marx. Este modelo permitiu que a oligarquia financeira recuperasse parcialmente suas perdas anteriores. Países como o Brasil tiveram seu processo de desenvolvimento bloqueado e sofreram com a desindustrialização e o empobrecimento. Abriu-se no país um processo de regressão que, entre idas e vindas, já dura mais de quarenta anos.

Continua na próxima edição